



**Prefeitura de  
Patos de Minas**

Secretaria Municipal de

**Administração**

**CONSIDERAÇÃO E DECISÃO DA AUTORIDADE  
SUPERIOR**

Diante das informações contidas no Processo Licitatório denominado Pregão Eletrônico nº 077/2019 e no parecer técnico DECIDO pelo improvimento das impugnações apresentadas pelas empresas **FLEXSUL REPRESENTAÇÕES LTDA**, **SOLUÇÃO INDÚSTRIA E COMERCIO DE MÓVEIS EIRELI** e **DIDATICA DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL LTDA**.

Patos de Minas, 09 de setembro de 2019

**Milton Romero da Rocha Sousa**

Secretário Municipal de Administração



**Prefeitura de  
Patos de Minas**

Secretaria Municipal de

**Administração**

## **RESPOSTA ÀS IMPUGNAÇÕES**

Edital Pregão Eletrônico nº 077/2019 – **Aquisição de materiais permanentes (carteiras escolares).**

Impugnantes: **FLEXSUL REPRESENTAÇÕES LTDA e SOLUÇÃO INDÚSTRIA E COMERCIO DE MÓVEIS EIRELI e DIDATICA DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL LTDA.**

Apresentaram impugnações em 05/09/2019 e 06/09/2019 aos termos do edital epigrafado de forma tempestiva, as licitantes **FLEXSUL REPRESENTAÇÕES LTDA, SOLUÇÃO INDÚSTRIA E COMERCIO DE MÓVEIS EIRELIE e DIDATICA DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL LTDA**, conforme prazos estabelecidos no item 3.7 do edital e na forma da lei.

Após recebimento das impugnações, a Pregoeira encaminhou à Secretaria Municipal de Educação para análise e emissão de parecer técnico acerca das alegações dos recorrentes, que se manifestou conforme anexo.

Após manifestação da Secretaria Municipal de Educação, em indeferir as impugnações das licitantes, o Secretário Municipal de Administração, Sr. Milton Romero da Rocha Sousa, analisou os fundamentos de tal e DECIDIU pelo improvimento das impugnações interpostas pelas licitantes **FLEXSUL REPRESENTAÇÕES LTDA, SOLUÇÃO INDÚSTRIA E COMERCIO DE MÓVEIS EIRELI e DIDATICA DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL LTDA.**

Comunica-se que, as impugnações recebidas, o parecer técnico e a Decisão do Secretário de Administração - Autoridade Superior foram juntados aos autos e estão à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, das 12:00 às 18:00 horas.

Patos de Minas, 09 de setembro de 2019.

  
**DANIELA FÁTIMA DE OLIVEIRA MAGALHÃES**

**Pregoeira**



## **Prefeitura Municipal de Patos de Minas - MG**

### **CONTRA RAZÕES – ATO IMPUGNAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 199/2019

Objeto: **Aquisição de materiais permanentes (carteiras escolares).**

**Impugnantes: SOLUÇÃO INDÚSTRIA E COMERCIO DE MÓVEIS EIRELI, e FLEXSUL REPRESENTAÇÕES LTDA.**

Em análise ao questionamento interposto pelas Empresas **Solução Indústria e Comércio de Móveis Eireli e Flexsul Representações LTDA**, vem, esta comissão, apresentar os seguintes esclarecimentos:

#### **I – DA SINTESE DAS IMPUGNAÇÕES**

Cuida-se de documento, tempestivamente encaminhado, referindo-se as seguintes razões

- 1) De que a licitação feita através lotes beneficia uma única empresa no mercado;
- 2) Que o edital está direcionado a uma marca do mercado
- 3) Que a separação por itens aumentaria a concorrência;
- 4) Que a separação por itens estimularia a redução de preços.

#### **II – DOS ESCLARECIMENTOS SOBRE OS PONTOS ABORDADOS:**

Diante das ocorrências apresentadas, em resumo, explicitadas e tudo mais que da impugnação consta e, principalmente das razões de fato enfrentadas, é dever da



## Prefeitura Municipal de Patos de Minas - MG

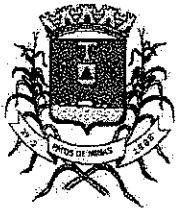
Secretaria Municipal de Educação indicar meios para solução administrativa do problema ora enfrentado a fim de evitar dano ou prejuízo a qualquer das partes.

Os pontos indicados pela empresa impugnante, segundo a mesma, levam a escolha de um padrão que dirige a escolha para uma determinada marca, sendo esta ainda mais favorecida devido o pregão ser realizado através de um lote único.

Não considerou a impugnante que o órgão responsável pela licitação levou em conta um padrão exigido pelo layout imposto diante da necessidade que demandou a realização do procedimento, impondo dizer que qualquer mobiliário não serviria as necessidades internas demandadas, diante da necessidade de deter um mínimo de qualidade segundo o layout estabelecido, inclusive na preservação das mesmas dimensões que devem atender padrão já existente, a fim de favorecer e otimizar a garantia e também, assistência e manutenção, conforme avaliação de cada caso.

Assim sendo em exame da SITUAÇÃO DE FATO ABORDADA, entende a Diretoria Administrativa da Semed que a Administração, QUANDO POSSÍVEL, tem o dever de padronizar, basta extrair o conteúdo normativo do inciso I, art. 15 da Lei 8.666/93 que deixa opção para o agente admitir, desde que por critérios objetivos, exigências que se destine a atender reais necessidades, mesmo quando deva observar:

1. a qualidade necessária ao objeto (padrões mínimos de qualidade), mesmo que de difícil avaliação técnica, possa está padronizada com os bens já existentes e layout estabelecido anteriormente, definindo-se critérios objetivos mediante a justificativa técnica.
2. **que o objeto será aferido por técnicos que declarem a conformidade, não afastando o edital a apresentação de produto, por semelhança, desde que aprovados pelos técnicos internos, recepcionada a auto aplicabilidade da legislação pátria;**



## Prefeitura Municipal de Patos de Minas - MG

3. que a Lei de Licitações dispõe de meios para evitar contratos insatisfatórios que não atendam as necessidades da Administração, afastando-os quando necessidade de preservação técnica da qualidade do produto assim o imponha;

4. que em uma licitação não se discute somente o fator preço, não sendo somente este fator que define o julgamento, mesmo quando realizados sob a modalidade Pregão (cf. inciso X do art. 4º Lei 8.666/93), devendo, antes do exame do preço, ser examinada a possibilidade de aceitabilidade do objeto a fim de assegurar a qualidade do produto licitado;

Assim sendo, diante das possíveis vertentes:

O órgão, depois do exame técnico, precisando de produto com certa e determinada qualidade a fim de que possa atender a necessidade exigida pelo layout adotado, em absoluta segurança dos resultados (finalidade satisfatória), deixa de examinar exclusivamente o valor para considerá-lo somente depois de examinada a aceitabilidade da qualidade do objeto, independente da marca cotada, **o objeto será submetido a equipe técnica para avaliar a qualidade em preservação do layout exigido**, tudo sob o enfoque da relação custo x benefício, como maior fator de garantia de um futuro contrato.

Ora, a contestação paira em uma presunção de que todo o edital esta direcionado a uma determinada empresa. Na luz da verdade, poderia neste caso inclusive, a Administração, adquiri-los de forma direta.

Ocorre que a afirmação é bastante apressada porque da leitura das especificações combatidas, atende-se apenas a exigência do layout imposto pela unidade licitante e, ainda que no mercado nacional são inúmeras as empresas/fabricantes de várias representação que tornam possível a concorrência.



## Prefeitura Municipal de Patos de Minas - MG

Em reforço da afirmação destaca-se ainda a possibilidade legal de se padronizar bens como dever funcional, quando possível:

A Lei de Licitações, no seu art. 15, por seu inciso I, determina "sempre que possível" as compras **devem** atender o princípio da padronização, desde que para impor compatibilidade das especificações técnicas, desempenho, observando-se as condições de manutenção, assistência técnica e garantias oferecidas.

Ora, se a própria lei das licitações, na sua auto-aplicabilidade, remete para a obrigação que tem o agente público o **dever** de padronizar os bens sob sua responsabilidade, é claro que a preocupação da impugnante seria, de pronto, procurar meios para apresentar proposta que pudesse atender as exigências sem querer adentrar no mérito da Administração fazer um edital que contemple os bens sob sua fabricação, isolando a finalidade que a própria administração persegue.

A eleição de um produto pela padronização deve seguir uma formalidade rigorosa justificando-se tecnicamente pela finalidade a ser atendida, o que de fato se observa no caso concreto ora examinado, do contrário restariam prejuízos aos interesses dos usuários do produto e as finalidades administrativas impondo-lhes riscos de não atender o layout idealizado, impondo sérios prejuízos a contratante em futuro próximo.

Assim sendo não há como negar que o princípio da padronização revela a preocupação do legislador para com a **moralidade** administrativa e para com os **meios de agilizar e melhorar** os negócios administrativos, prevenindo, assim, a compra de objetos diversificados nos seus componentes, na sua técnica e dificuldades para sua regular manutenção.

A padronização consiste, sem dúvida, na sistematização ou estatização de determinado objeto (produto) destinados aos serviços públicos, acenando, ainda, para as vantagens



## Prefeitura Municipal de Patos de Minas - MG

da observância desse princípio, com relação à uniforme vantagem atrás referida, mesmo que merecendo o documento chamado **justificativa técnica**.

O argumento da padronização como fator que estreita, de fato, o campo de competição, mesmo exigindo a justificativa técnica que conduziu o administrador àquela conclusão, não pode ser vulgarizada com as famigeradas contratações diretas<sup>1</sup>. De igual modo, necessário a **comprovação das vantagens no que tange a garantia da qualidade do produto**.

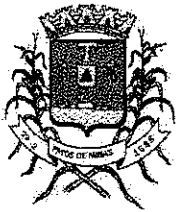
Percebe-se assim, claramente, que o Edital combatido não quis padronizar quando deveria segundo a própria lei, abrindo espaço para que todas as interessadas, fabricantes e representantes em geral apresentassem propostas, dentro das especificações, submetidas a aceitabilidade por parte do licitador.

### III - ESPECIFICAÇÕES/DEFINIÇÃO PELO AGENTE ADMINISTRATIVO/ESCLARECIMENTO:

A Administração não atua de forma arbitrária, pelo contrário, busca sempre a seleção de uma melhor alternativa para atender ao interesse público. As exigências editalícias tendem a assegurar que a Administração contrate o melhor produto pelo melhor preço, assim, indiscutivelmente, deve ser entendido que a Administração deve definir com precisão o que pretende contratar antes da publicação do edital, analisando a sua necessidade de forma a contemplar exigências que assegure o atendimento da finalidade pretendida.

O contrário importaria a Administração aceitar qualquer tipo de produto como razoável ao suprimento de suas finalidades, pondo em risco todo o projeto que foi estruturado, estudado e definido para atendimento às necessidades, que constantemente necessita

<sup>1</sup> Cf. TC-020.528/94-9, Rel. M. Carlos Átila Álvares da Silva, DOU de 18.09.95, pág. 14.434.



## **Prefeitura Municipal de Patos de Minas - MG**

realizar licitações para substituir móveis que não detém prazo médio útil que possa evitar essa problemática.

A Administração não licita para atender interesses individuais, muito pelo contrário, atua sempre pautada em planejamento interno até definir as especificações do objeto pretendido de acordo com o que fora planejado visando atender projeto estabelecido, no caso, com bastante antecedência.

A igualdade (isonomia) legal defendida pelo texto constitucional é a dentre os àqueles iguais e, iguais, somente serão àqueles que poderem atender a Administração de acordo com suas exigências, àquele que não tem o objeto perseguido e especificado não poderá ser considerado igual para efeito de licitação, o que ocorre é que na maioria das vezes as licitantes exigem que a Administração faça adequação de sua necessidade ao seu produto (bem) particular forçando um entendimento legal que fere de morte os princípios básicos da regular Administração sustentados por princípios constitucionais da Carta de 1988.

No que se refere a alegação de patente dos produtos, não há que falar em afastar a licitação por viciada considerando que todo fabricante tem inúmeros representantes espalhados por todo o Brasil, disponíveis para uma mesma disputa pública, mesmo quando o bem deva ser padronizado a licitação deve ocorrer em favorecimento do melhor negócio.

Adverta-se ainda que não basta apresentar a patente de determinado produto para reputá-lo fornecido com exclusividade e contratá-lo diretamente com amparo no inciso I do artigo 25 da Lei nº 8666/93. Pode dar-se o fato de que o produto seja patenteado, produzido por certa empresa, mas distribuído e comercializado em regime de concorrência, pelo que se impõe licitação pública, como no caso em comento.

### **IV – DAS VANTAGENS DE LICITAR POR LOTE**





## **Prefeitura Municipal de Patos de Minas - MG**

**“Aduz as impugnantes, que o edital exige o critério de “menor preço por lote”, contudo, dentre destes lotes existem uma quantidade expressiva de itens, o que limita a competitividade do certame.**

Tal afirmação não pode prosperar, pois o critério menor preço por lote possui algumas vantagens para Administração Pública, vejamos:

A licitação cujo critério de julgamento é por lote é mais satisfatória do ponto de vista da eficiência técnica, por manter a qualidade e padronização do produto a ser entregue pelo vencedor do certame, haja vista que o mesmo será o único responsável pela fabricação e entrega dos produtos que compõe o lote.

Ademais, vale ressaltar, ainda, outras vantagens, tais como:

- a) o maior nível de controle por parte da Administração Pública Municipal na execução/gerenciamento da aquisição dos móveis escolares,
- b) a maior facilidade no cumprimento/gerenciamento do cronograma preestabelecido e na observância dos prazos de entrega dos móveis escolares, considerando que o lote terá apenas um vencedor; e

Destarte, em entendimento oposto às intenções da impugnante, caso dividíssemos ou fracionássemos o objeto a ser licitado estaríamos contrariando o princípio de economicidade e as vantagens a serem conferidas à Administração Pública, especificamente, no que tange ao gerenciamento e execução dos contratos administrativos face ao quantitativo de móveis escolares. Além disso, a Administração tem o dever de realizar a programação de suas aquisições de forma total e planejada, o que por lote facilita muito.

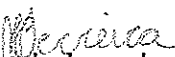
### **V- DA DECISÃO**



## **Prefeitura Municipal de Patos de Minas - MG**

Face ao exposto, a Diretoria Administrativa, fundamentada nos princípios gerais do Direito, especialmente o da celeridade que deve ser dado aos atos administrativos, doutrina, jurisprudência pátria, decide manter as especificações e o pregão em lote único, conforme descritas no anexo do edital para todos os itens, ampliando contudo, a oportunidade para apresentação de itens similares. É a decisão, em preservação dos interesses da Administração.

Pato de Minas, 06 de setembro de 2019.

  
Maria de Lourdes Ferreira  
Diretoria Administrativa



## **Prefeitura Municipal de Patos de Minas - MG**

### **CONTRA RAZÕES – ATO IMPUGNAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 199/2019

Objeto: **Aquisição de materiais permanentes (carteiras escolares).**

**Impugnante: DIDATICA DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL LTDA.**

Em análise ao questionamento interposto pela Empresa, **Didática Distribuidora Educacional Ltda.**, vem, esta Diretoria, apresentar os seguintes esclarecimentos:

#### **I – DA SINTESE DAS IMPUGNAÇÕES**

Cuida-se de documento, tempestivamente encaminhado, referindo-se as seguintes razões:

- 1) De que a licitação feita através lotes beneficia uma única empresa no mercado;
- 2) Que o edital está direcionado a uma marca do mercado
- 3) Que a separação por itens aumentaria a concorrência;
- 4) Que a separação por itens estimularia a redução de preços.

#### **II – DOS ESCLARECIMENTOS SOBRE OS PONTOS ABORDADOS:**

Diante das ocorrências apresentadas, em resumo, explicitadas e tudo mais que da impugnação consta e, principalmente das razões de fato enfrentadas, é



## **Prefeitura Municipal de Patos de Minas - MG**

dever desta Diretoria indicar meios para solução administrativa do problema ora enfrentado a fim de evitar dano ou prejuízo a qualquer das partes.

Os pontos indicados pela empresa impugnante, segundo a mesma, levam a escolha de um padrão que dirige a escolha para uma determinada marca, sendo esta ainda mais favorecida devido o pregão ser realizado através de um lote único.

Não considerou a impugnante que o órgão responsável pela licitação levou em conta um padrão exigido pelo layout imposto diante da necessidade que demandou a realização do procedimento, impondo dizer que qualquer mobiliário não serviria as necessidades internas demandadas, diante da necessidade de deter um mínimo de qualidade segundo o layout estabelecido, inclusive na preservação das mesmas dimensões que devem atender padrão já existente, a fim de favorecer e otimizar a garantia e também, assistência e manutenção, conforme avaliação de cada caso.

Assim sendo em exame da SITUAÇÃO DE FATO ABORDADA, entende esta Diretoria que a Administração, QUANDO POSSÍVEL, tem o dever de padronizar, basta extrair o conteúdo normativo do inciso I, art. 15 da Lei 8.666/93 que deixa opção para o agente admitir, desde que por critérios objetivos, exigências que se destine a atender reais necessidades; mesmo quando deva observar:

1. a qualidade necessária ao objeto (padrões mínimos de qualidade), mesmo que de difícil avaliação técnica, possa está padronizada com os bens já existentes e layout estabelecido anteriormente, definindo-se critérios objetivos mediante a justificativa técnica.



## Prefeitura Municipal de Patos de Minas - MG

2. que o objeto será aferido por técnicos que declarem a conformidade, não afastando o edital a apresentação de produto, por semelhança, desde que aprovados pelos técnicos internos, recepcionada a auto aplicabilidade da legislação pátria;

3. que a Lei de Licitações dispõe de meios para evitar contratos insatisfatórios que não atendam as necessidades da Administração, afastando-os quando necessidade de preservação técnica da qualidade do produto assim o imponha;

4. que em uma licitação não se discute somente o fator preço, não sendo somente este fator que define o julgamento, mesmo quando realizados sob a modalidade Pregão (cf. inciso X do art. 4º Lei 8.666/93), devendo, antes do exame do preço, ser examinada a possibilidade de aceitabilidade do objeto a fim de assegurar a qualidade do produto licitado;

Assim sendo, diante das possíveis vertentes:

O órgão, depois do exame técnico, precisando de produto com certa e determinada qualidade a fim de que possa atender a necessidade exigida pelo layout adotado, em absoluta segurança dos resultados (finalidade satisfatória), deixa de examinar exclusivamente o valor para considerá-lo somente depois de examinada a aceitabilidade da qualidade do objeto, independente da marca cotada, **o objeto será submetido a equipe técnica para avaliar a qualidade em preservação do layout exigido**, tudo sob o enfoque da relação custo x benefício, como maior fator de garantia de um futuro contrato.



## Prefeitura Municipal de Patos de Minas - MG

Ora, a contestação paira em uma presunção de que todo o edital esta direcionado a uma determinada empresa. Na luz da verdade, poderia neste caso inclusive, a Administração, adquiri-los de forma direta.

Ocorre que a afirmação é bastante apressada porque da leitura das especificações combatidas, atende-se apenas a exigência do layout imposto pela unidade licitante e, ainda que no mercado nacional são inúmeras as empresas/fabricantes de várias representação que tornam possível a concorrência.

Em reforço da afirmação destaca-se ainda a possibilidade legal de se padronizar bens como dever funcional, quando possível:

A Lei de Licitações, no seu art. 15, por seu inciso I, determina "sempre que possível" as compras **devem** atender o princípio da padronização, desde que para impor compatibilidade das especificações técnicas, desempenho, observando-se as condições de manutenção, assistência técnica e garantias oferecidas.

Ora, se a própria lei das licitações, na sua auto-aplicabilidade, remete para a obrigação que tem o agente público o **dever** de padronizar os bens sob sua responsabilidade, é claro que a preocupação da impugnante seria, de pronto, procurar meios para apresentar proposta que pudesse atender as exigências sem querer adentrar no mérito da Administração fazer um edital que contemple os bens sob sua fabricação, isolando a finalidade que a própria administração persegue.



## Prefeitura Municipal de Patos de Minas - MG

A eleição de um produto pela padronização deve seguir uma formalidade rigorosa justificando-se tecnicamente pela finalidade a ser atendida, o que de fato se observa no caso concreto ora examinado, do contrário restariam prejuízos aos interesses dos usuários do produto e as finalidades administrativas impondo-lhes riscos de não atender o layout idealizado, impondo sérios prejuízos a contratante em futuro próximo.

Assim sendo não há como negar que o princípio da padronização revela a preocupação do legislador para com a **moralidade** administrativa e para com os **meios de agilizar e melhorar** os negócios administrativos, prevenindo, assim, a compra de objetos diversificados nos seus componentes, na sua técnica e dificuldades para sua regular manutenção.

A padronização consiste, sem dúvida, na sistematização ou estatização de determinado objeto (produto) destinados aos serviços públicos, acenando, ainda, para as vantagens da observância desse princípio, com relação à uniforme vantagem atrás referida, mesmo que merecendo o documento chamado **justificativa técnica**.

O argumento da padronização como fator que estreita, de fato, o campo de competição, mesmo exigindo a justificativa técnica que conduziu o administrador àquela conclusão, não pode ser vulgarizada com as famigeradas contratações diretas<sup>1</sup>. De igual modo, necessário a **comprovação das vantagens no que tange a garantia da qualidade do produto**.

Percebe-se assim, claramente, que o Edital combatido não quis padronizar quando deveria segundo a própria lei, abrindo espaço para que todas as

<sup>1</sup>

Cf. TC-020.528/94-9, Rel. M. Carlos Átila Álvares da Silva, DOU de 18.09.95, pág. 14.434.



## **Prefeitura Municipal de Patos de Minas - MG**

**interessadas, fabricantes e representantes em geral apresentassem propostas, dentro das especificações, submetidas a aceitabilidade por parte do licitador.**

### **III - ESPECIFICAÇÕES/DEFINIÇÃO PELO AGENTE**

#### **ADMINISTRATIVO/ESCLARECIMENTO:**

A Administração não atua de forma arbitrária, pelo contrário, busca sempre a seleção de uma melhor alternativa para atender ao interesse público. As exigências editalícias tendem a assegurar que a Administração contrate o melhor produto pelo melhor preço, assim, indiscutivelmente, deve ser entendido que a Administração deve definir com precisão o que pretende contratar antes da publicação do edital, analisando a sua necessidade de forma a contemplar exigências que assegure o atendimento da finalidade pretendida.

O contrário importaria a Administração aceitar qualquer tipo de produto como razoável ao suprimento de suas finalidades, pondo em risco todo o projeto que foi estruturado, estudado e definido para atendimento às necessidades, que constantemente necessita realizar licitações para substituir móveis que não detém prazo médio útil que possa evitar essa problemática.

A Administração não licita para atender interesses individuais, muito pelo contrário, atua sempre pautada em planejamento interno até definir as especificações do objeto pretendido de acordo com o que fora planejado visando atender projeto estabelecido, no caso, com bastante antecedência.

A igualdade (isonomia) legal defendida pelo texto constitucional é a dentre os àqueles iguais e, iguais, somente serão àqueles que poderem atender a Administração de acordo com suas exigências, àquele que não tem o objeto





## **Prefeitura Municipal de Patos de Minas - MG**

perseguido e especificado não poderá ser considerado igual para efeito de licitação, o que ocorre é que na maioria das vezes as licitantes exigem que a Administração faça adequação de sua necessidade ao seu produto (bem) particular forçando um entendimento legal que fere de morte os princípios básicos da regular Administração sustentados por princípios constitucionais da Carta de 1988.

No que se refere a alegação de patente dos produtos, não há que falar em afastar a licitação por viciada considerando que todo fabricante tem inúmeros representantes espalhados por todo o Brasil, disponíveis para uma mesma disputa pública, mesmo quando o bem deva ser padronizado a licitação deve ocorrer em favorecimento do melhor negócio.

Advirta-se ainda que não basta apresentar a patente de determinado produto para reputá-lo fornecido com exclusividade e contratá-lo diretamente com amparo no inciso I do artigo 25 da Lei nº 8666/93. Pode dar-se o fato de que o produto seja patenteado, produzido por certa empresa, mas distribuído e comercializado em regime de concorrência, pelo que se impõe licitação pública, como no caso em comento.

### **IV – DAS VANTAGENS DE LICITAR POR LOTE**

**“Aduz as impugnantes, que o edital exige o critério de “menor preço por lote”, contudo, dentre destes lotes existem uma quantidade expressiva de itens, o que limita a competitividade do certame.**

Tal afirmação não pode prosperar, pois o critério menor preço por lote possui algumas vantagens para Administração Pública, vejamos:



## **Prefeitura Municipal de Patos de Minas - MG**

A licitação cujo critério de julgamento é por lote é mais satisfatória do ponto de vista da eficiência técnica, por manter a qualidade e padronização do produto a ser entregue pelo vencedor do certame, haja vista que o mesmo será o único responsável pela fabricação e entrega dos produtos que compõe o lote.

Ademais, vale ressaltar, ainda, outras vantagens, tais como:

- a) o maior nível de controle por parte da Administração Pública Municipal na execução/gerenciamento da aquisição dos móveis escolares,
- b) a maior facilidade no cumprimento/gerenciamento do cronograma preestabelecido e na observância dos prazos de entrega dos móveis escolares, considerando que o lote terá apenas um vencedor; e

Destarte, em entendimento oposto às intenções da impugnante, caso dividíssemos ou fracionássemos o objeto a ser licitado estaríamos contrariando o princípio de economicidade e as vantagens a serem conferidas à Administração Pública, especificamente, no que tange ao gerenciamento e execução dos contratos administrativos face ao quantitativo de móveis escolares. Além disso, a Administração tem o dever de realizar a programação de suas aquisições de forma total e planejada, o que por lote facilita muito.

### **V- DA DECISÃO**

Face ao exposto, esta Diretoria, fundamentada nos princípios gerais do Direito, especialmente o da celeridade que deve ser dado aos atos administrativos, doutrina, jurisprudência pátria, decide manter as especificações e o pregão em lote único, conforme descritas no anexo do edital para todos os itens, ampliando contudo, a oportunidade para apresentação de itens similares. É a decisão, em preservação dos interesses da Administração.



## Prefeitura Municipal de Patos de Minas - MG

Patos de Minas, 09 de setembro de 2019.

---

*Maria de Lourdes Ferreira*  
Maria de Lourdes Ferreira  
Diretoria Administrativa